

Pregão Eletrônico nº 20260457 - SESA-COEXE

Processo nº 24001.012841/2026-65

UASG: 943001

Número Comprasnet: 90457/2026

A **SECRETARIA DA SAÚDE**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por **empreitada por preço unitário**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 Lei Complementar Estadual nº 334/2024 e Decreto Estadual nº 36.407/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de 26 (vinte e seis) ambulâncias tipo D – Unidades de Suporte Avançado (USA), padrão SAMU 192, destinadas ao atendimento das demandas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Ceará, nos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, pelo período de 12 (doze) meses, com quilometragem livre, incluindo o fornecimento dos veículos devidamente adaptados e equipados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, seguro total, suporte técnico e substituição de viaturas indisponíveis, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **Murilo Lobo de Queiroz**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 31259381 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/05/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/05/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 28/05/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 24200784 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU;

8.2.2. Fonte de Recursos: 600 (SUS);

8.2.3. Programa de Trabalho: 171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE;

8.2.4. Elemento de Despesa: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;(27620 - 24200784.10.302.171.20564.03.339039.02.6009200000.1)

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da

Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Não poderão disputar esta licitação:

9.4.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.4.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.4.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.4.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.4.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.4.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.945.040,00 (Oito milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e quarenta reais), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.3.10. do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11, possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com *preços até 10% (dez por cento)* àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o *valor* de sua proposta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer *acima do preço máximo* definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.4 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.9.1. Contiver vícios insanáveis;

15.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem *acima do preço máximo* ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com *valor superior* ao estimado pela Administração.

15.9.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.10. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.11. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link*

no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

20.8. Da Garantia contratual

20.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluírem-se os dias de início e incluírem-se os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO V – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

Fortaleza/CE, 20 de abril de 2026

Francisco Nilson Maciel Mendonça Filho
Ordenador(a) de Despesas

Analisado e aprovado o processo da
contratação pela assessoria jurídica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 24001.012841/2026-65

UNIDADE REQUISITANTE: SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192 CEARÁ

1. DO OBJETO

1.1. Serviços de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de 26 (vinte e seis) ambulâncias tipo D – Unidades de Suporte Avançado (USA), padrão SAMU 192, destinadas ao atendimento das demandas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Ceará, nos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, pelo período de 12 (doze) meses, com quilometragem livre, incluindo o fornecimento dos veículos devidamente adaptados e equipados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, seguro total, suporte técnico e substituição de viaturas indisponíveis, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	COD. SRP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. MÊS	QTDE. ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1302334	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO D, UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – USA, PADRÃO SAMU, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192) CEARÁ NOS TERMOS DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 2.048 DE 05/11/2002, POR UM PERÍODO DE 12 (doze) MESES, KM LIVRE, INCLUINDO MANUTENÇÃO, SEGURO TOTAL E SUBSTITUIÇÃO DE VIATURA INDISPONÍVEL. COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO	SERVIÇO	26	312	R\$ 28.670,00	R\$ 8.945.040,00

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Características Gerais do Veículo:

2.2.1. Veículo tipo Furgão, adaptado para Ambulância, conforme abaixo:

2.2.1.1. Compartimento traseiro adaptado como Ambulância de Suporte Avançado de Vida (Tipo D), conforme Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, adequado ao uso intensivo e à alta quilometragem operacional;

2.2.1.2. Modelo de fabricação dos veículos deverá ser do ano de 2024 ou posterior;

2.2.1.3. Compartimento interno de carga com no mínimo 10 m³, tendo também mínimos de 3,2 m de comprimento, 1,8 m de altura e 1,7 m de largura;

2.2.1.4. A frota disponibilizada não poderá ser parte sublocada;

2.2.1.5. Entrega dos veículos, após assinatura do contrato, em até 15 (quinze) dias úteis;

2.2.1.6. Abastecimento e lavagem dos veículos serão de responsabilidade do SAMU 192 Ceará.

2.3. Características Técnicas do Veículo:

2.3.1. Motor com desativação do OBD (Sistema Limitador de Torque do Motor), conforme IN nº 04/2010 – IBAMA (art. 5º, §2º), como requisito de sustentabilidade da contratação;

2.3.2. Tração: tipo 4 x 2;

2.3.3. Direção assistida hidráulica e/ou eletronicamente;

2.3.4. Forração interna da cabina do veículo;

2.3.5. Piso revestido em material resistente, não absorvente, lavável e removível;

2.3.6. Iluminação:

a) Natural – mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento;

b) Artificial – deverá ser feita por no mínimo quatro luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 20 cm, em base estampada em aço inoxidável, lâmpadas halógenas de dupla intensidade, com lente em policarbonato translúcido, com acabamento corrugado para difusão da luz, distribuídas de forma a iluminar todo o compartimento do paciente, segundo padrões mínimos estabelecidos pela ABNT;

c) Deverá possuir, também, duas luminárias com foco dirigido sobre a maca, com lâmpadas dicróicas com potência mínima de 50W ou correspondente em LEDs.

2.3.7. Cabine:

a) Confeccionada totalmente em aço estampado e/ou estruturada em aço revestido em fibra de vidro, com cintos de segurança previstos na legislação de trânsito, dotada de instrumentação mínima compatível com a operação da viatura, em consonância com a legislação em vigor;

b) 02 (dois) cintos de segurança retráteis, de 03 (três) pontas;

c) Ar-condicionado nas duas cabines;

d) Acionamento elétrico dos vidros LE/LD;

e) Para-sol interno para o motorista e para o acompanhante;

f) Jogo de tapetes de borracha;

g) Conjunto sinalizador eletrônico acústico visual;

h) Sinalização acústica e de emergência;

i) Barra sinalizadora em formato linear, arco ou similar, com módulo único e lente inteira, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm;

j) Barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula injetada em policarbonato na cor cristal, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV;

k) Sistema de controle da sinalização com múltiplos padrões de intermitência, permitindo operação seletiva de grupos de LEDs;

I) Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LEDs próprios para iluminação, com potência não inferior a 1W cada LED, na cor rubi. Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade. Alimentados nominalmente com 12 Vcc. Com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, compondo um total de 56 LEDs, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita.

2.3.8. Manutenção e Seguro:

2.3.8.1. A manutenção e o seguro dos veículos serão de responsabilidade da locadora.

2.3.9. Equipamentos:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO
1	<p>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM BATERIA RECARREGÁVEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo portátil; - Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal; - Display LCD e/ou LED de no mínimo 2,8” de alta resolução; - Memória para armazenamento de dados; - Bateria recarregável com autonomia mínima de 15 horas; - Faixa de leitura de Spo2 de pelo menos 0 a 100%; - Faixa de leitura de frequência cardíaca de pelo menos 30 a 235 bpm; - Possuir no mínimo os seguintes alarmes: SpO2 alto, SpO2 baixo, frequência cardíaca alta, frequência cardíaca baixa, bateria fraca, sensor desconectado; - Alimentação bivolt automático; - Manual de instruções em português; - Registro ANVISA vigente. <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 (dois) sensores de Spo2 reutilizável tipo clipe adulto; - 02 (dois) sensores de Spo2 reutilizável tipo clipe pediátrico; - 02 (dois) sensores de Spo2 reutilizável tipo clipe ou tipo Y neonatal; - 01 (uma) Capa protetora; <p>Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.</p>	UNIDADE
2	<p>ASPIRADOR MÓVEL DE SECREÇÕES PORTÁTIL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo portátil; - Alça para transporte; 	UNIDADE

	<ul style="list-style-type: none"> - Bateria recarregável com durabilidade mínima de 40 minutos quando utilizado fora da rede elétrica; - Indicador luminoso de carga; - Ruído inferior a 60 dB; - Vazão mínima de 18 l/min; - Faixa de vácuo de 0 a 500 mmHg; - Válvula de segurança anti-transbordamento; - Regulador de aspiração com vacuômetro; - Alimentação bivolt automático; - Registro na ANVISA vigente; - Manual de instruções em português. <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (um) frasco graduado com capacidade mínima de 800mL, em material reutilizável, autoclavável e graduado; - 02 (duas) mangueiras extensoras passíveis de desinfecção/esterilização. <p>Demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.</p>	
3	<p>VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE MICROPROCESSADO PARA SUPORTE DE PACIENTES NEONATAL, PEDIÁTRICO E ADULTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Microprocessado; - Permitir ventilação invasiva e não invasiva; - Possuir alça de transporte; - Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico, neonatal, inclusive prematuro extremo; - Display LCD; - Teclado; - Modo espera (stand by); - Possuir bateria recarregável com autonomia mínima de 4 horas; - Permitir no mínimo os seguintes modos de ventilação: ventilação controlada por volume, ventilação controlada por pressão, CPAP. - Permitir no mínimo os seguintes parâmetros: <p>Volume corrente de pelo menos 50 mL a 2000 mL (para abranger pacientes neonatais, pediátricos e adultos);</p>	UNIDADE

	<p>Frequência respiratória de pelo menos 2 a 120 rpm; Concentração de oxigênio de pelo menos 21% a 100%; Fluxo de pelo menos 1 a 80 L/min; PEEP de pelo menos 2 a 20 cmH2O; CPAP de pelo menos 2 a 20 cmH2O; Tempo inspiratório de pelo menos 0,2 a 3 segundos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relação I:E ajustável; - Permitir no mínimo os seguintes alarmes: Bateria fraca; Apneia; PEEP alta/baixa ou pressão expiratória alta/baixa; Volume mínimo; Volume máximo; Pressão inspiratória alta; Pressão inspiratória baixa; Circuito desconectado; Frequência respiratória fora do limite configurado; Baixa pressão no fornecimento de O₂; - Permitir silenciar os alarmes temporariamente; - Peso máximo de até 7 Kg; - Alimentação bivolt automático ou 220V/60Hz; - Manual de instruções em português; - Registro ANVISA vigente. <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 (dois) circuitos completos para paciente adulto, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) circuitos completos para paciente pediátrico, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) circuitos completos para paciente neonatal, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) filtros para entrada de ar do equipamento; - 01 (uma) mangueira de O₂; 	
4	<p>BOMBA DE INFUSÃO:</p> <p>Bomba de infusão linear, parenteral, com display LCD para apresentação de parâmetros, deve permitir o bloqueio do teclado, autonomia de bateria de no mínimo 4 (quatro) horas, possuir as funções mínimas de KVO e Bólus, com sensor de bolhas de ar.</p> <p>Alarmes mínimos: oclusão, fim de infusão, detecção de ar e bateria;</p> <p>Possuir biblioteca de drogas;</p> <p>Taxa de infusão ajustável até pelo menos 1200 (mil e duzentos) mL/h com precisão de $\pm 5\%$;</p>	UNIDADE

	<p>Deverá permitir o empilhamento de pelo menos 3 (três) bombas interligadas através de cabo de força com derivações ou conexão na própria bomba que permita a utilização de 1 (um) único cabo de força durante o empilhamento;</p> <p>Permitir o preenchimento automático e manual do equipo;</p> <p>Permitir o registro do histórico de infusão.</p> <p><u>Deve acompanhar, no mínimo, os seguintes acessórios:</u> sensor de bolhas de ar, sensor de gotas, dispositivo para fixação da bomba no suporte, todos os demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</p> <p>Registro ANVISA vigente.</p>	
5	<p>BOMBA DE SERINGA:</p> <p>Microprocessada;</p> <p>Possibilitar a fixação em suporte de soro;</p> <p>Display LCD;</p> <p>Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal;</p> <p>Bateria recarregável com autonomia mínima de 3 horas;</p> <p>Compatível com seringas de diversas marcas com volumes de pelo menos 10 a 60 mL;</p> <p>Peso do equipamento de até 2,5 Kg;</p> <p>Taxa de KVO programável com vazão mínima de 0,1 mL/h;</p> <p>Volume ajustável na faixa mínima de 0,1 a 999,9 mL;</p> <p>Bolus programável;</p> <p>Possuir menu para configuração de lista de drogas;</p> <p>Visualização da droga infundida;</p> <p>Memória para registrar os eventos;</p> <p>Possuir no mínimo os seguintes alarmes: bateria fraca, oclusão, ausência de seringa, seringa vazia;</p> <p>Volume do alarme ajustável;</p> <p>Alimentação bivolt automática ou 220V/60Hz;</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Registro ANVISA vigente.</p> <p>Demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</p>	UNIDADE
	MONITOR-CARDIOVERSOR-DEFIBRILADOR:	

6	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal; - Deve possuir os modos de monitorização, desfibrilação, cardioversão sincronizada e marcapasso externo não-invasivo; - Alça para transporte integrada; - Bifásico com carga ajustável na faixa mínima de 1 a 200J, com indicação visual da carga selecionada; - Menu interno para configuração do equipamento; - Impressora térmica; - Possibilitar a realização de cardioversão sincronizada, com botão de sincronismo; - Indicação na tela da energia entregue e modo de terapia (monitor, desfibrilador e marcapasso); - Pás de desfibrilação externa adulta com pediátrica embutida e comandos para carga e disparo; - Desfibrilação: função de desfibrilação externa sincronizada e não sincronizada; - Desfibrilação externa, através das pás ou eletrodos do marca-passo externo não-invasivo; <p>Possuir funcionalidade para uso tanto no modo manual, quanto no modo semi-automático com mensagens de texto e voz em português;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tempo total de carregamento, na carga máxima, até 08 (oito) segundos; - Anular carga manualmente; - Descarga automática de segurança caso o operador não acione a função de choque em tempo oportuno; - A descarga do desfibrilador deve requerer a ativação simultânea de dois controles (um em cada pá), para minimizar o risco de choque acidental; - Indicação audiovisual das fases: funcionamento automático tanto a bateria recarregável quanto a energia elétrica; - Monitor: monitor de ECG para acompanhamento visual dos sinais cardíacos; - Display LCD que proporcione alto contraste e permita uma perfeita visualização estando o usuário em diferentes ângulos e distâncias; - Velocidade do traçado da curva que inclua a velocidade de, no mínimo, 25 mm/seg; - Apresentação numérica da frequência cardíaca, em display específico ou na tela do monitor; ECG: aquisição dos sinais cardíacos deverá ser feita por intermédio das pás de desfibrilação, das pás adesivas do marca-passo externo não-invasivo e dos sensores 	UNIDADE
---	---	---------

<p>tradicionais de ECG;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Velocidade de Impressão do sinal de ECG que inclua a velocidade de 25 mm/seg; - Permitir aquisição de no mínimo 5 derivações simultâneas; alarmes de máximo e mínimo; - Visualização das derivações com interpretação automática em português, com impressão manual e/ou automática das ocorrências de cada disparo; - Oximetria: apresentar monitoração de oximetria; - Pressão arterial não-invasiva: apresentar monitoração de PNI; - Marcapasso: marcapasso externo transtorácico não invasivo; - Modos possíveis de operação: demanda e assíncrono; - Frequência que abranja a faixa de pelo menos 40 a 170 bpm; - Corrente de estímulo variando de 10 até 140 mA, pelo menos; - Bateria: bateria recarregável facilmente intercambiável sem a necessidade de desmontagem do equipamento; - Realizar auto-teste automático ou programável com pelo menos: verificação dos circuitos internos e estado da bateria; - Alarme de baixa carga da bateria; - Indicação de situação da bateria: se está sendo carregada e se ela atingiu a carga total; - O sistema de bateria do equipamento deve ter a capacidade de efetuar, no mínimo, 80 descargas na carga máxima e no mínimo 3 horas de monitorização sem precisar de recarga durante esse período; - Indicação para equipamento ligado na rede elétrica ou bateria; - Memória: arquivar no mínimo os últimos 10 eventos com data e hora; - Interface com o usuário no idioma português; - Peso máximo 9 kg; - Alimentação bivolt automático; - Manual de instruções em português; - Registro ANVISA vigente. <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (um) cabo de ECG 05 vias; - 02 (dois) pares de pás descartáveis para marca-passo externo não-invasivo adulto; - 02 (dois) pares de pás descartáveis para marca-passo externo não-invasivo pediátrico; 	
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> - 02 (dois) rolos de papel térmico; - 01 (um) par de pás externas adulto/infantil integradas; - 01 (um) cabo para marca-passo; - 01 (um) sensor de oximetria reutilizável adulto; - 01 (um) sensor de oximetria reutilizável pediátrico; - 01 (um) sensor de oximetria reutilizável neonatal; 1 (um) manguito de PNI adulto; - 01 (um) manguito de PNI pediátrico; - 01 (um) manguito de PNI neonatal. 	
7	<p>VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Microprocessado; - Permitir ventilação invasiva e não invasiva; - Possuir alça de transporte; - Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico, neonatal, inclusive prematuro extremo; - Display LCD; - Teclado; - Modo espera (stand by); - Possuir bateria recarregável com autonomia mínima de 4 horas; - Permitir no mínimo os seguintes modos de ventilação: ventilação controlada por volume, ventilação controlada por pressão, CPAP; - Permitir no mínimo os seguintes parâmetros: Volume corrente de pelo menos 50 mL a 2000 mL (para abranger pacientes neonatais, pediátricos e adultos); Frequência respiratória de pelo menos 2 a 120 rpm; Concentração de oxigênio de pelo menos 21% a 100%; Fluxo de pelo menos 1 a 80L/min; PEEP de pelo menos 2 a 20cmH2O; CPAP de pelo menos 2 a 20cmH2O; Tempo inspiratório de pelo menos 0,2 a 3 segundos; - Relação I:E ajustável; - Permitir no mínimo os seguintes alarmes: Bateria fraca; Apneia; 	UNIDADE

	<p>PEEP alta/baixa ou pressão expiratória alta/baixa; Volume mínimo; Volume máximo; Pressão inspiratória alta; Pressão inspiratória baixa; Circuito desconectado; Frequência respiratória fora do limite configurado; Baixa pressão no fornecimento de O₂;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Permitir silenciar os alarmes temporariamente; - Peso máximo de até 7 Kg; - Alimentação bivolt automático ou 220V/60Hz; - Manual de instruções em português; - Registro ANVISA vigente. <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 (dois) circuitos completos para paciente adulto, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) circuitos completos para paciente pediátrico, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) circuitos completos para paciente neonatal, autoclaváveis e isentos de látex; - 02 (dois) filtros para entrada de ar do equipamento; - 01 (uma) mangueira de O₂. 	
8	<p>DETECTOR CARDIOFETAL PORTÁTIL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aparelho detector de batimentos cardíacos fetais portátil e digital; - Possuir Tela de LCD; - Alto-Falante para monitorização dos parâmetros; - Deve permitir medição de frequência cardíaca na faixa de pelo menos 50 a 210 batimentos por minuto, com resolução de 1 bpm e precisão máxima de +-2% em toda a faixa de medição; - Bateria com autonomia mínima de 80 minutos de uso e indicador de nível de carga; - Frequência de ultrassom entre 1,8 e 2,5 MHz; - Possuir sistema de desligamento automático em caso de não utilização; - Filtro minimizador de interferências; - Manual de instruções em português; 	UNIDADE

	<p>- Registro ANVISA vigente.</p> <p><u>Deve acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 Transdutor com cabo extensor; - Pilhas ou Baterias necessárias; - 01 Bolsa para Transporte; <p>Demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</p>	
9	<p>INCUBADORA DE TRANSPORTE NEONATAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Microprocessada; - Cuba fabricada em acrílico transparente duplo; - Capacidade de carga do leito de pelo menos até 7 Kg; - Bateria recarregável com autonomia mínima de 4 horas; - Possuir no mínimo 2 (duas) portinholas ovais e 1 (uma) manga íris; - Possuir no mínimo os modos de operação pele e ar; - Painel de controle frontal; - Possuir parachoques ao redor de todo o leito; - Permitir que o leito seja mantido para fora, possibilitando melhor acesso ao paciente; - Possuir cinto para assegurar a segurança ao realizar o transporte do paciente; - Suporte de soro removível com capacidade de carga de pelo menos 1 (um) Kg; - Possuir suporte para no mínimo 2 (dois) cilindros de gases medicinais; - Possuir no mínimo 1 (uma) prateleira auxiliar com capacidade de carga de pelo menos 10 (dez) Kg; - Possuir no mínimo os seguintes alarmes: alta temperatura do ar, baixa temperatura do ar, alta temperatura da pele, baixa temperatura da pele, falta de circulação de ar, sensor desconectado, falta de energia elétrica; Indicação do status da bateria; - Deverá possuir pelo menos 4 (quatro) rodízios sendo todos com freios; - Alimentação bivolt automática ou 220V/60Hz; - Manual de instruções em português; - Registro na ANVISA vigente. 	UNIDADE

	<p><u>Deverá acompanhar no mínimo os seguintes acessórios:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (um) colchão; - 2 (dois) sensores de pele; - 01 (uma) maca de transporte que permita acoplar em veículos com as seguintes características: altura ajustável; - 02 (dois) cilindros; <p>Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.</p>	
10	<p>MOBILIÁRIO INCLUINDO MACA:</p> <p>Maca principal retrátil, com rodas, para transporte de paciente em ambulância de Suporte Avançado de Vida – Tipo D, conforme Portaria GM/MS nº 2.048/2002 e normas técnicas da ABNT aplicáveis.</p> <p>Equipamento destinado ao transporte seguro e estável de pacientes nas ambulâncias de suporte avançado do SAMU 192 Ceará, garantindo condições adequadas de mobilidade, acessibilidade e segurança, tanto para os pacientes quanto para a equipe assistencial.</p> <p>Confeccionada em liga metálica leve e resistente (alumínio aeronáutico ou aço inox), com acabamento anticorrosivo e superfícies lisas, sem arestas cortantes, facilitando a higienização e evitando acúmulo de resíduos.</p> <p><u>Capacidade de Carga:</u> Suporta carga mínima de 180 kg, distribuída uniformemente.</p> <p><u>Dimensões Aproximadas:</u></p> <p>Comprimento: 1.800 a 2.000 mm</p> <p>Largura: 550 a 600 mm</p> <p>Altura ajustável: 400 a 1.000 mm</p> <p>Ajustes: Altura regulável por sistema hidráulico, pneumático ou mecânico.</p> <p>Encosto reclinável com ajuste mínimo de até 70°.</p> <p><u>Rodízios:</u> Quatro rodas giratórias de 360°, sendo no mínimo duas com travamento por pedal. Pneus maciços de borracha termoplástica, anti-ruído.</p> <p><u>Sistemas de Segurança:</u> Trilhos laterais rebatíveis com travamento</p>	UNIDADE

	automático. No mínimo 03 (três) cintos de segurança, com fecho em engate rápido (abdômen, tórax e membros inferiores).	
--	--	--

2.3.10. Da Matriz de Risco:

2.3.10.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.3.10.2. Riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE (SESA/SAMU 192 CE):

Risco Identificado	Descrição	Estratégia de Mitigação
Insuficiência Orçamentária	Possibilidade de indisponibilidade ou atraso de recursos financeiros para execução contratual.	Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA); reserva orçamentária prévia; programação financeira compatível com a vigência contratual.
Alterações regulatórias ou normativas	Mudanças legais ou normativas que impactem requisitos técnicos do serviço.	Revisão contratual quando cabível; acompanhamento permanente da legislação aplicável.

2.3.10.3. Riscos a serem suportados pela CONTRATADA:

Risco Identificado	Descrição	Estratégia de Mitigação
Indisponibilidade da Viatura	Falhas mecânicas, elétricas, estruturais ou desgaste decorrente do uso intensivo.	Manutenção preventiva obrigatória; plano de manutenção programada; substituição da viatura em até 24 horas; manutenção de reserva técnica.
Falha de Equipamentos Médico-Hospitalares	Pane ou mau funcionamento dos equipamentos embarcados.	Manutenção preventiva periódica; contratos de assistência técnica; substituição imediata do equipamento defeituoso.
Atraso na entrega ou substituição	Não cumprimento dos prazos estabelecidos para disponibilização ou troca de ambulâncias.	Planejamento logístico; frota reserva; controle interno.
Aumento Ordinário de Custos Operacionais	Elevação de custos com peças, manutenção, seguro ou logística.	Gestão eficiente de fornecedores; internalização no preço ofertado; planejamento empresarial.
Sinistros e danos aos veículos	Acidentes, colisões ou danos	Seguro total obrigatório;

	estruturais às ambulâncias	franquia sob responsabilidade da contratada; substituição imediata da viatura.
--	----------------------------	--

2.3.10.4. Riscos a serem compartilhados entre as partes (50% / 50%):

Risco Identificado	Descrição	Estratégia de Mitigação
Desgaste acelerado decorrente do uso extremo	Uso intensivo superior ao padrão previsto inicialmente.	Monitoramento de quilometragem e desempenho; plano conjunto de manutenção preventiva.
Alterações normativas ou fiscais relevantes	Mudanças legais que afetem diretamente a execução ou custo do contrato.	Avaliação conjunta e revisão contratual, quando cabível, nos termos da lei.
Interrupções logísticas externas	Falta de peças, insumos ou serviços especializados no mercado.	Planejamento de estoque mínimo e comunicação antecipada entre as partes.

2.3.10.5. Risco residual e tratamento:

2.3.10.5.1. Em razão da natureza essencial, contínua e de elevada criticidade assistencial do serviço de locação operacional de Ambulâncias Tipo D para o SAMU 192 Ceará, podem subsistir eventos extraordinários, como indisponibilidade simultânea de viaturas por fatores excepcionais, aumento abrupto da demanda assistencial, intercorrências logísticas externas, como escassez momentânea de peças ou serviços especializados ou alterações normativas supervenientes que impactem a execução contratual. O tratamento do risco residual será realizado por meio de monitoramento contínuo da execução contratual, atuação do gestor e fiscais designados, adoção de medidas corretivas tempestivas, aplicação dos mecanismos contratuais cabíveis e revisão periódica das condições operacionais e assistenciais, buscando redução progressiva da exposição aos riscos residuais.

2.3.11. A alocação de riscos foi estruturada com base na proporcionalidade e na capacidade de controle de cada parte, observando o princípio da eficiência e os dispositivos dos arts. 22, 92 e 124 da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (UM) ano, contado da assinatura do contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. O presente serviço é enquadrado como continuado, haja vista serem indispensáveis ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e não podem sofrer paralisação, tendo em vista que se interrompido poderá comprometer a saúde dos seus usuários, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3.1.3. Os serviços contínuos são aqueles que constituem necessidade permanente, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes categorias profissionais.

3.1.4. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades, sob pena de prejuízo ao interesse público.

3.1.5. Serviços continuados, segundo a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Ceará constitui política pública essencial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), integrando a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), com a finalidade de assegurar atendimento pré-hospitalar móvel, oportuno e qualificado às situações de urgência e emergência em todo o território estadual. Trata-se de serviço de caráter contínuo e ininterrupto, diretamente relacionado à preservação da vida, à redução de sequelas e à mitigação de agravos à saúde da população. No Estado do Ceará, o SAMU 192 é operacionalizado por meio de três Centrais de Regulação de Urgências (CRU's), localizadas nos municípios de Eusébio, Sobral e Juazeiro do Norte, responsáveis pela regulação médica e pelo despacho dos recursos assistenciais para a totalidade dos municípios cearenses. Essa configuração territorial impõe elevada complexidade logística e operacional, exigindo alto nível de disponibilidade, confiabilidade e continuidade da frota de unidades móveis. O adequado desempenho do serviço está diretamente condicionado à disponibilidade contínua de ambulâncias, em especial das Unidades de Suporte Avançado (USA – Tipo D), destinadas ao atendimento das ocorrências de maior gravidade clínica e traumática, que demandam suporte avançado de vida, equipe especializada e equipamentos de alta complexidade. A indisponibilidade dessas unidades compromete de forma direta a capacidade de resposta do sistema, ampliando tempos de espera, riscos assistenciais e impactos negativos sobre os desfechos clínicos. Importa destacar que, no exercício de 2025, o SAMU 192 Ceará registrou 179.430 chamados recebidos, que resultaram em 123.393 atendimentos efetivamente realizados, dos quais 25.144 foram executados por Unidades de Suporte Avançado de Vida (USA). Esses números evidenciam não apenas a elevada demanda assistencial enfrentada pelo serviço, mas, sobretudo, a relevância estratégica das USA no atendimento de ocorrências de maior gravidade clínica e traumática. A expressiva participação das unidades de suporte avançado no conjunto dos atendimentos demonstra que a indisponibilidade dessas viaturas impacta diretamente a capacidade de resposta do sistema, reforçando a necessidade de garantir frota adequada e operacionalmente estável para assegurar a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população cearense. Atualmente, o SAMU 192 Ceará dispõe de 160 (cento e sessenta) unidades móveis habilitadas, sendo 131 (cento e trinta e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) e 29 (vinte e nove) Unidades de Suporte Avançado (USA's). Destas, apenas 03 (três) USA's integram frota própria, sendo as demais 26 (vinte e seis) providas por meio de contrato de locação. Parcela significativa da frota apresenta elevado grau de desgaste operacional, decorrente do uso intensivo, da alta quilometragem, do envelhecimento estrutural e da obsolescência tecnológica, circunstâncias agravadas pelo aumento extraordinário da demanda assistencial durante a pandemia da COVID-19. No âmbito da renovação de frota, o marco normativo federal estabelece que o financiamento de ambulâncias pelo Ministério da Saúde destina-se primordialmente à substituição de veículos já habilitados. A Portaria nº 788/GM/MS (2017)¹ e a

Portaria GM/MS nº 4.298/2018² definem como elegíveis ambulâncias com cinco anos ou mais de habilitação. Contudo, esse prazo representa requisito mínimo de elegibilidade, e não garantia de renovação automática, estando a substituição condicionada à disponibilidade orçamentária federal e à seleção em programas específicos. Na prática, a renovação ocorre conforme cronogramas nacionais, o que tem resultado na permanência de viaturas em operação por períodos superiores ao prazo mínimo normativo. No SAMU 192 Ceará, levantamento interno demonstra que parte das USA's permanece ativa por 8 a 10 anos. Das 29 USA's atualmente em operação, 16 encontram-se pendentes de renovação, evidenciando fragilidade justamente no componente de maior complexidade assistencial. Em decorrência deste histórico operacional, o SAMU 192 Ceará concluiu, em janeiro de 2024, processo de desfazimento de 40 (quarenta) ambulâncias, com parecer conclusivo do Ministério da Saúde. Ademais, há atualmente 81 (oitenta e uma) ambulâncias aptas a processos de desfazimento ou mudança de finalidade, cujos anos de fabricação variam entre 2009 e 2019, evidenciando o progressivo envelhecimento da frota e o comprometimento da confiabilidade operacional. Ressalte-se que a efetivação desses processos depende da prévia recomposição da frota, condicionada à disponibilidade de programas federais de renovação. Sob o ponto de vista normativo, a necessidade de retirada de viaturas inaptas, excessivamente desgastadas, antieconômicas ou irrecuperáveis encontra respaldo não apenas nas Portarias que regem os critérios técnico-operacionais da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), mas também em orientações específicas do Ministério da Saúde. A Portaria nº 2.048/GM/MS³, de 05 de novembro de 2002, ao aprovar o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, define ambulâncias como veículos destinados ao atendimento de pacientes em situação de risco, pressupondo condições plenas de funcionamento. As Portarias de Consolidação nº 3⁴ e nº 6⁵/GM/MS, de 2017, vinculam a habilitação dos serviços da RUE ao atendimento de requisitos técnico-operacionais contínuos, incluindo a conformidade dos veículos móveis com os padrões exigidos para permanência do custeio federal. A Portaria nº 788/GM/MS⁶, de 15 de março de 2017, reconhece a necessidade de renovação periódica da frota, em razão da vida útil limitada desses equipamentos. A Nota Técnica nº 23/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS⁷ complementa esse arcabouço, ao estabelecer critérios e fluxos administrativos para a descaracterização e mudança de finalidade de veículos doados para uso no SAMU 192, inclusive nos casos de veículos ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, que não mais atendem às finalidades originais para as quais foram doados. A norma trata, por exemplo, dos requisitos para enquadramento dos veículos nessas categorias, da documentação necessária e das condições em que a gestão local pode proceder à retirada do uso operacional, em conformidade com as Portarias de Consolidação. Nesse mesmo documento, recomenda-se a manutenção de reserva técnica equivalente a, pelo menos, 30% da frota habilitada, de modo a assegurar a continuidade do serviço diante de manutenções, avarias ou intercorrências operacionais, reforçando que a insuficiência dessa reserva compromete a regularidade do atendimento e a segurança assistencial. Assim, a interpretação integrada dessas normas, Portarias do Ministério da Saúde e a Nota Técnica nº 23/2020, aponta para a necessidade de substituição de unidades desgastadas e a recomposição de reserva técnica como providências normativamente respaldadas e imprescindíveis para garantir a operacionalidade, a segurança do paciente, a integridade das equipes assistenciais e a continuidade do serviço pré-hospitalar móvel. Diante desse contexto, o problema central a ser enfrentado pela Administração Pública consiste na insuficiente disponibilidade operacional de ambulâncias Tipo D (USA) para atendimento das

² https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt4298_28_12_2018.html

³ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html

⁴ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017ARQUIVO.html

⁵ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html

⁶ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0788_16_03_2017.html

⁷ <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2020/nota-tecnica-no-23-2020-saes/view>

demandas assistenciais do SAMU 192 Ceará, situação que impõe risco concreto à efetividade da política pública, à segurança assistencial e ao adequado atendimento da população usuária do SUS. Assim, revela-se necessária a adoção de providências administrativas voltadas à recomposição e à sustentabilidade da frota de Unidades de Suporte Avançado, impondo-se a análise criteriosa das alternativas disponíveis. Nesse sentido, torna-se imprescindível a elaboração de Estudo Técnico Preliminar de natureza comparativa, com a finalidade de avaliar, sob os aspectos técnico, operacional, econômico-financeiro e de gestão de riscos, os modelos de aquisição e de locação de ambulâncias Tipo D, de modo a identificar a solução que melhor atenda ao interesse público, à continuidade do serviço e à eficiência do gasto público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4.2.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a locação operacional de 26 (vinte e seis) Ambulâncias Tipo D – Unidade de Suporte Avançado (USA), padrão SAMU 192, sob regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, com inclusão, em parcela mensal única, de todos os custos diretos e indiretos necessários à plena operacionalização das viaturas.

5.2. Com fundamento na análise técnica, operacional, econômico-financeira e de gestão de riscos desenvolvida ao longo do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela adoção do modelo de locação operacional de Unidades de Suporte Avançado (USA - Tipo D) como solução mais adequada para a recomposição e a sustentabilidade da frota do SAMU 192 Ceará. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a locação de ambulâncias Tipo D completas, devidamente configuradas e equipadas nos parâmetros estipulados pelo Ministério da Saúde (Portaria 1.010/2012) e normativos da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, incluindo, em parcela mensal única, o fornecimento do veículo, dos equipamentos médico-hospitalares obrigatórios, do seguro total, da manutenção preventiva e corretiva veicular e dos equipamentos embarcados, bem como a substituição imediata das viaturas indisponíveis, nos prazos compatíveis com a criticidade do serviço. Isso porque representa maior eficiência operacional e de economicidade, a locação operacional das Unidades de Suporte Avançado mostra-se solução mais vantajosa ao permitir a maximização do resultado assistencial com racionalização do gasto público, na medida em que concentra, em valor mensal previsível, todos os custos inerentes à operação das viaturas, evitando dispêndios e imprevistos orçamentários e paralisações decorrentes de falhas mecânicas, sinistros ou indisponibilidade de equipamentos críticos. A transferência dos riscos operacionais à contratada, aliada à exigência de prazos reduzidos de substituição das unidades indisponíveis, 24 (vinte e quatro) horas, promove maior continuidade do serviço, otimiza o emprego dos recursos públicos e assegura maior eficiência na resposta às demandas de urgência e emergência, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, consagrados na Lei nº 14.133/2021. Importa ressaltar que, no exercício de 2025, o SAMU 192 Ceará registrou 179.430 chamados regulados, que resultaram em 123.393 atendimentos efetivos, sendo 25.144 realizados por Unidades de Suporte Avançado de Vida (USA's). Isso significa que, em média, as USA's são responsáveis por aproximadamente 69 atendimentos por dia em todo o Estado. Assim, a indisponibilidade de uma única USA por cerca de 72 (setenta e duas) horas pode representar, potencialmente, a não realização ou o atraso significativo de diversos atendimentos de alta complexidade, pacientes graves, críticos, politraumatizados, vítimas de AVC, infarto ou insuficiência respiratória aguda, transferências inter-hospitalares de todo Estado para pacientes graves, que dependem exclusivamente de suporte avançado de vida para estabilização e transporte seguro. Em termos práticos, trata-se de vidas que deixam de receber assistência oportuna ou que

passam a depender de redistribuição emergencial de cobertura, com ampliação do tempo-resposta e sobrecarga das equipes remanescentes. Em um sistema que opera no limite da capacidade assistencial, cada viatura indisponível por 72 horas impacta diretamente a efetividade da política pública e eleva o risco assistencial, razão pela qual a substituição contratual em até 24 horas não constitui mera vantagem operacional, mas requisito essencial para a preservação da continuidade do atendimento e da segurança da população. A escolha da locação operacional revela-se aderente às condições reais de operação do serviço, caracterizadas por alta quilometragem anual, uso intensivo, ampla cobertura territorial e necessidade permanente de resposta imediata, além de se alinhar às orientações normativas do Ministério da Saúde, notadamente à Portaria nº 2.048/GM/MS, às Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6/GM/MS, à Portaria nº 788/GM/MS e à Nota Técnica nº 23/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS, no que se refere à adequação técnica, à segurança do paciente e à continuidade da assistência. Nesse passo, convém rememorar que as Unidades de Suporte Avançado, conforme dados atualizados de 2025, são responsáveis a 210 (duzentos e dez) atendimentos efetuados, no período de 72 (setenta e duas) horas, o que *per si* reflete, sobremaneira, a inviabilidade de mantermos um veículo indisponível sob argumento de manutenção, o que se revela inadmissível para o contexto de serviço essencial crítico de atendimento à população. Denota-se, portanto, que o modelo de locação de ambulâncias é mais eficiente, posto que a substituição do veículo, por qualquer inconformidade, é imediata e mitiga riscos de desassistência à população. Os veículos deverão ser completos, com todos os sistemas instalados e operacionais, incluindo sinalização visual e sonora, climatização e os equipamentos médicos obrigatórios, como ventilador mecânico, monitor desfibrilador, bomba de infusão, aspirador portátil de secreções, oxímetro e demais essenciais ao serviço, devidamente integrados ao projeto funcional da viatura. Os materiais empregados devem ser laváveis, atóxicos e compatíveis com os padrões de biossegurança, garantindo segurança sanitária e durabilidade. Os veículos devem tecnologicamente atualizados, em conformidade com as normas ambientais (como o PROCONVE), com estrutura voltada à eficiência energética e operacional. A proposta contribui para a sustentabilidade do serviço, padronização da frota, aumento da eficiência no atendimento de urgências e fortalecimento da política pública de saúde no Estado do Ceará. Do ponto de vista da gestão pública, a solução adotada favorece a previsibilidade orçamentária, simplifica a administração da frota, reduz a necessidade de estrutura administrativa própria para gestão de manutenção, seguros e reposições emergenciais, e mitiga a exposição do gestor a riscos assistenciais, operacionais, financeiros e de responsabilização, sem prejuízo do controle contratual e da fiscalização da execução. Dessa forma, a locação operacional de Unidades de Suporte Avançado configura-se como a solução que melhor equilibra os princípios da economicidade global, eficiência administrativa, continuidade do serviço público, segurança assistencial e adequada gestão de riscos, atendendo de forma mais efetiva ao interesse público e às necessidades do SAMU 192 Ceará, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na legislação ambiental vigente.

6.3.2. Para esta contratação, será exigido que os veículos locados estejam em conformidade com a fase vigente do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE),

especialmente quanto aos limites máximos de emissão de poluentes estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), devendo atender, no mínimo, à fase ambiental atualmente em vigor.

6.3.3. A contratada deverá comprovar o atendimento à fase ambiental exigida mediante apresentação de certificado de conformidade emitido pelo fabricante e/ou órgão competente.

6.3.4. A manutenção preventiva periódica das viaturas deverá observar práticas que contribuam para a redução de emissões e eficiência energética, garantindo a preservação do desempenho ambiental ao longo da vigência contratual.

6.3.5. A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada de resíduos, peças substituídas, óleos lubrificantes e demais materiais decorrentes da manutenção, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

6.3.6. A exigência de veículos enquadrados nas fases mais recentes do PROCONVE visa contribuir para a redução das emissões atmosféricas, promover maior eficiência energética e alinhar a contratação pública aos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo para início da execução do objeto contratual será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. Sendo o serviço essencial e de natureza contínua, faz-se necessário a execução de imediato após a emissão da ordem de serviço pelo licitante.

7.2.1.2. Sendo o serviço essencial e de natureza contínua, faz-se necessário a execução obedecendo ao prazo estabelecido no item 7.1 deste Termo, após a emissão da ordem de serviço pelo licitante.

7.2.2. Para a execução do serviço será obedecido ao seguinte Cronograma:

CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS														
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTDE.	PARCELAS										
1	LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO D, UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – USA, PADRÃO SAMU 192	SERVIÇO	312	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º
				26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26

7.2.3. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.2.3.1. A CONTRATADA deverá declarar, obrigatoriamente, conforme Anexo V, que possui reserva técnica equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da frota total contratada, com veículos em plenas condições de uso, de acordo com as especificações estabelecidas no objeto desta, para substituição imediata em casos de falhas, avarias, manutenções preventivas ou corretivas que

inviabilizem a continuidade da prestação do serviço dos veículos em execução do serviço, em conformidade ao “item 2.1” da Nota Técnica nº 23/2020-CGURG/DAHU/SAES/MS.

7.2.3.1.1. A substituição deverá ser realizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da comunicação formal do contratante.

7.2.3.2. Os serviços serão executados sob demanda, mediante solicitação em função das necessidades do SAMU 192 CEARÁ.

7.2.4. Especificação da garantia do serviço

7.2.4.1. A garantia dos serviços, será durante todo o período do contrato a contar da data do seu recebimento definitivo e deverá ser on-site, nas localidades onde os mesmos encontram-se sendo utilizados.

7.2.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.6. deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

11.5.1. Atender prontamente às solicitações da Administração quanto à substituição de veículos indisponíveis ao serviço, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação formal.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e;
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121, caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 11.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.
- 11.9.1. Utilizar veículos que atendem aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 11.9.2. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.
- 11.9.3. Proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas: federal, estaduais e municipais e implementando ainda esforços nesse sentido junto aos respectivos fornecedores.
- 11.9.4. Promover cursos de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- 11.9.5. Administrar situações emergenciais de acidentes, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- 11.9.6. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- 11.9.7. Responsabilizar-se administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela prestação do seu serviço ao meio ambiente e ao SAMU 192 CEARÁ.
- 11.9.8. Contribuir para a promoção do desenvolvimento regional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88.
- 11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- 11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Registrar e licenciar no Estado Ceará os veículos automotores, objeto do contrato que atuem neste Estado, conforme preceituam os arts. 1º e 3º da Lei 17.080/2019.

11.23. Disponibilizar a(s) vaga(s) destinada(s) ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016.

11.24. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

11.25. Apresentar-se à Gerência de Manutenção de Frota - GEMAF/SAMU 192 Ceará no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, para alinhamento técnico referente aos equipamentos embarcados nas ambulâncias locadas;

11.26. Apresentar-se à Gerência de Manutenção de Frota - GEMAF/SAMU 192 Ceará sempre que comparecer às dependências do SAMU 192 Ceará, antes e após a realização de quaisquer serviços nas ambulâncias locadas, os quais somente poderão ser executados mediante solicitação formal emitida pela Contratante;

11.27. Fornecer os equipamentos embarcados novos e/ou seminovos, em perfeito estado de conservação e funcionamento, com todos os dispositivos de segurança, apresentando totais condições de uso;

11.28. Os equipamentos embarcados deverão estar acompanhados de selo de identificação da Contratada, onde deverá constar o nome da empresa e a palavra “LOCADO”, em letras legíveis e maiúsculas, fixado de modo a permitir fácil visualização;

11.28.1. Os equipamentos deverão estar acompanhados de laudo de calibração rastreável, emitido há, no máximo, 10 (dez) meses anteriores à disponibilização do veículo;

11.29. Realizar treinamento operacional “in loco” aos profissionais usuários envolvidos, sempre que solicitado pela Contratante. O treinamento deverá abranger, no mínimo: uso e manuseio dos equipamentos embarcados, apresentação das funções, principais erros durante a operação, higienização e desinfecção dos equipamentos;

11.30. Responsabilizar-se, durante o período da locação, pela instalação e manutenção integral dos equipamentos embarcados, abrangendo manutenções preventivas e corretivas, calibrações, ensaios de segurança elétrica, substituição de peças, acessórios e insumos descartáveis, bem como qualquer componente defeituoso de fábrica ou em decorrência do uso regular dos equipamentos;

11.31. Realizar manutenção preventiva dos equipamentos embarcados conforme periodicidade indicada pelo fabricante, incluindo limpeza, verificação de parâmetros, testes de funcionamento e substituição de peças e acessórios, conforme necessário;

11.32. Realizar calibração dos equipamentos embarcados conforme periodicidade recomendada pelo fabricante e/ou norma técnica vigente, devendo cada calibração gerar um Certificado com, no mínimo, as seguintes informações:

- Número do certificado;
- Data da calibração;
- Código do equipamento;
- Código do padrão de referência;
- Indicação de, no mínimo, 3 leituras comparativas com o padrão;
- Indicação do erro de leitura;
- Indicação da incerteza de leitura;
- Nome do técnico responsável pela execução;
- Nome do engenheiro responsável pela equipe técnica.

11.33. Os resultados das calibrações deverão indicar as correções a serem aplicadas e constar em Certificados rastreáveis ao INMETRO ou outro órgão competente, conforme normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017;

11.34. Realizar ensaios de segurança elétrica dos equipamentos embarcados conforme ABNT NBR IEC 60601-1 e respectivas normas colaterais e particulares, com todas as emendas aplicáveis, obrigatórios para equipamentos sob regime de vigilância sanitária; 11.45. Responsabilizar-se pela aquisição de todas as peças, acessórios, componentes e insumos necessários à realização das manutenções corretivas e preventivas, sem gerar qualquer ônus para a Contratante;

11.35. Responsabilizar-se por toda instalação, manutenção preventiva e corretiva e demais serviços técnicos relativos aos equipamentos embarcados nas ambulâncias locadas, mediante profissional(is) com qualificação técnica comprovada, de nível superior ou equivalente, registrado(s) no CREA, portador(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove experiência na manutenção de equipamentos médico-hospitalares ou similares;

11.35.1. Quando a Certidão de Acervo Técnico (CAT) não explicitar com clareza os serviços objeto do acervo, deverá vir acompanhada do respectivo atestado, registrado e reconhecido pelo respectivo Conselho de Classe;

11.36. Disponibilizar canal de atendimento técnico para abertura de chamados de manutenção corretiva, o qual deverá ser acessado pela Gerência de Manutenção de Frota - GEMAF/SAMU 192 Ceará ou setor responsável da unidade;

11.37. Garantir que o tempo máximo de paralisação de qualquer equipamento embarcado não ultrapasse 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro do chamado técnico, incluindo finais de semana e feriados;

11.38. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os equipamentos embarcados que forem recusados por falhas de qualidade ou que não estejam em conformidade com os parâmetros exigidos no edital, incluindo finais de semana e feriados.

11.39. Na eventual necessidade de remoção de equipamento, peça ou acessório para conserto fora da base da Contratante, a Contratada será responsável por toda a logística de retirada e devolução, sem ônus para a Contratante, sendo obrigatória a autorização formal da Gerência Administrativa ou Engenharia Clínica da unidade;

11.40. Toda intervenção técnica realizada nos equipamentos embarcados deverá ser formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), assinada pelo(s) responsável(is) do setor onde o equipamento está instalado, devendo ser entregue 01 (uma) via ao setor responsável;

11.41. Disponibilizar assistência técnica e operacional ou representante credenciado pelo fabricante nos municípios constantes no ANEXO IV deste Termo de Referência, garantindo atendimento imediato aos chamados de manutenção ou substituição, sem custos adicionais à Contratante.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro

Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Licença de funcionamento, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede da Licitante, de acordo com art. 2º da Lei Federal nº 6.360/1976;

12.2.9. Alvará de localização e funcionamento para exercício da atividade objeto desta contratação, emitido pelo ente municipal em que estiver localizada a sede ou domicílio da licitante;

12.2.10. Registro da empresa e do seu responsável no Conselho Regional de Medicina, com validade prevista em lei (conforme Resolução CFM Nº. 1980/2011 e Lei 6.839/80);

12.2.11. Prova de Inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnicos, junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, com validade prevista em lei;

12.2.12. CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, na linha unidade de nível pré hospitalar de urgência-emergência.

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-operacional

12.4. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, da localidade da sede do licitante, em plena validade (conforme Resolução CFM Nº. 1980/2011 e Lei 6.839/80);

12.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.5, os atestados ou certidões deverão dizer respeito às seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) da quant. total estimada
01	Locação de ambulâncias tipo D, Unidade de Suporte Avançado - USA, padrão SAMU, para atendimento da demanda do SAMU 192 Ceará nos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2048 de 05/11/2022, por um período de 01 (um) ano, km livre.	SERVIÇO	156	50%

12.5.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, por período não inferior a 01 (um) ano, consecutivos ou não, sendo admitido o somatório para comprovação do respectivo período.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.6. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.6.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.6.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.6.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.6.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.6.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.6.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.8. Os documentos enumerados no subitem 12.6., poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto à comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.6.3, 12.6.4 e 12.6.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.9. Para os Estados e Municípios que emitem prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.11. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.11.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.11.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

12.11.2. A comprovação da boa situação financeira do licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado, demonstrando que a empresa apresenta índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação, pelo licitante, de balanço patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

12.11.2.1. Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

12.11.2.2 Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

12.11.2.3. Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

12.11.4. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.11.5. Na declaração de que trata o subitem acima, a supressão de contratos e/ou valores remanescentes ensejará em desclassificação.

12.11.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11.7. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

12.11.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

12.11.9. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

12.11.10. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

12.11.11. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Gestão/Unidade: 24200784 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU;

13.2.2. Fonte de Recursos: 600 (SUS);

13.2.3. Programa de Trabalho: 171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE;

13.2.4. Elemento de Despesa: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; (27620 - 24200784.10.302.171.20564.03.339039.02.6009200000.1)

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260457

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 24001.012841/2026-65

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____
E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O
FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260457 e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20260457, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de 26 (vinte e seis) ambulâncias tipo D – Unidades de Suporte Avançado (USA), padrão SAMU 192, destinadas ao atendimento das demandas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Ceará, nos termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, pelo período de 12 (doze) meses, com quilometragem livre, incluindo o fornecimento dos veículos devidamente adaptados e equipados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, seguro total, suporte técnico e substituição de viaturas indisponíveis, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O presente serviço é enquadrado como continuado, haja vista serem indispensáveis ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e não podem sofrer paralisação,

tendo em vista que se interrompido poderá comprometer a saúde dos seus usuários, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.1.3. Os serviços contínuos são aqueles que constituem necessidade permanente, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes categorias profissionais.

4.1.4. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades, sob pena de prejuízo ao interesse público.

4.1.5. Serviços continuados, segundo a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.3.10. do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-Plenário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 10/03/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

a) Data e hora do incidente;

- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso justificado e não aceito pelo Contratante ou injustificado superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado em 20%.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.2.1. Gestão/Unidade: 24200784 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU;

15.2.2. Fonte de Recursos: 600 (SUS);

15.2.3. Programa de Trabalho: 171 - ATENÇÃO À SAÚDE, COM ACESSO INTEGRAL E DE QUALIDADE;

15.2.4. Elemento de Despesa: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

(27620 - 24200784.10.302.171.20564.03.339039.02.6009200000.1)

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato Ricardo Carlos Pereira da Silva, matrícula nº 3000938, CPF nº 048.831.673-13, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

19.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato Moacir Costa da Silva, matrícula nº 3000617-8, CPF nº 012.622.783-76 representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)